



Ministério da Educação
Instituto Federal do Espírito Santo
Campus Vitória

EDITAL Nº 03/2022, DE 27 DE OUTUBRO DE 2022
INSTRUMENTO PÚBLICO DE PRAZO INDETERMINADO PARA ADEÇÃO AO PROGRAMA DE GESTÃO
FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO – CAMPUS VITÓRIA

O Diretor-Geral do Ifes – Campus Vitória, no uso de suas atribuições regimentais, em consonância com a Instrução Normativa Nº 65/2020-ME, a Portaria Nº 267/2021-MEC, a Resolução CONSUP/IFES nº 60 DE 25 DE OUTUBRO DE 2021 e o Decreto Nº 11.072/2022, torna público, o Instrumento de Prazo Indeterminado para Adesão ao Programa de Gestão aos interessados.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O presente edital objetiva regulamentar a participação do Campus Vitória no Programa de Gestão (PDG) do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), aplicável exclusivamente servidores públicos, integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-administrativos em Educação (PCCTAE), empregados públicos, observadas as vedações previstas no artigo 4º parágrafo 3 e do Artigo 10 da Resolução CONSUP/Ifes nº 60 de 25 de outubro de 2021.

1.2. Considera-se teletrabalho modalidade de trabalho em que o cumprimento da jornada regular pelo participante pode ser realizado fora das dependências físicas do órgão, em regime de execução parcial ou integral, de forma remota e com a utilização de recursos tecnológicos, para a execução de atividades que sejam passíveis de controle e que possuam metas, prazos e entregas previamente definidos e, ainda, que não configurem trabalho externo, dispensado do controle de frequência, nos termos da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020 e do Decreto nº 11.072, de 17 de maio de 2022.

2. DOS OBJETIVOS DO PROGRAMA DE GESTÃO

2.1. Nos termos do artigo 6º, da INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65, de 30 de julho de 2020:

I - promover a gestão da produtividade e da qualidade das entregas dos participantes;

II - contribuir com a redução de custos no poder público;

III - atrair e manter novos talentos;

IV - contribuir para a motivação e o comprometimento dos participantes com os objetivos da Instituição;

V - estimular o desenvolvimento do trabalho criativo, da inovação e da cultura de governo digital;

VI - melhorar a qualidade de vida dos participantes;

VII - gerar e implementar mecanismos de avaliação e alocação de recursos; e

VIII - promover a cultura orientada a resultados, com foco no incremento da eficiência e da efetividade dos serviços prestados à sociedade.

3. DOS REGIMES DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO

3.1 O Programa de Gestão prevê a habilitação e adesão dos servidores à modalidade de teletrabalho, podendo se enquadrar nos seguintes regimes:

3.1.1 Integral: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante compreende a totalidade da sua jornada de trabalho, dispensado do controle de frequência, nos termos da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

3.1.2. Parcial: quando a forma de teletrabalho a que está submetido o participante restringe-se a um cronograma específico, dispensado do controle de frequência exclusivamente nos períodos em que a atividade laboral seja executada remotamente, nos termos da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

3.1.3. No Campus Vitória será aplicado exclusivamente o regime de execução parcial de teletrabalho.

3.1.4. O regime de execução parcial do teletrabalho será desempenhado em dias inteiros, vedada a execução fracionada em turnos ou horas, conforme inciso VIII, do artigo 3º, da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

3.1.4.1. O servidor participante do Programa de Gestão poderá realizar no máximo 2 dias úteis, não consecutivos, no regime de execução parcial na modalidade de trabalho remoto, por semana. A consecução de dias úteis é aplicável, inclusive, a dias úteis em semanas distintas.

3.1.5. A adesão ao Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, em regime de execução parcial, a critério da chefia imediata, considerará, entre outros fatores, os tipos de atividades realizadas no setor, conforme descrito no Plano de Trabalho e os benefícios advindos da eficiência e da racionalização no uso dos recursos materiais e humanos desta Instituição, além de que:

3.1.5.1. Possam ser adequadamente executadas de forma remota e com a utilização obrigatória de recursos tecnológicos;

3.1.5.2. Cujas natureza demande maior esforço individual e menor interação com servidores públicos ou a comunidade;

3.1.5.3. Cujas natureza de complexidade exija elevado grau de concentração e/ou cuja natureza seja de baixa a média complexidade com elevado grau de previsibilidade e/ou padronização nas entregas.

3.1.6. Em situações excepcionais, de risco à segurança pública, emergência de saúde pública, calamidade ou outras situações que impeçam o cumprimento das atividades presenciais no campus, poderá o dirigente máximo determinar ampliação do teletrabalho na modalidade integral, para todos os servidores que atendam às condições estabelecidas neste regulamento.

4. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO DO PROGRAMA DE GESTÃO

4.1. A participação no Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, restringe-se às atividades em que os resultados possam ser efetivamente mensurados.

4.2. A realização do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, é vedada aos servidores que possuem jornada flexibilizada, conforme previsto no art. 3º do Decreto 1.590/95.

4.2.2. A desistência à jornada flexibilizada, a que se refere a Resolução CS nº 19 de 23 de maio de 2014, ainda que facultada ao servidor, não promoverá o servidor a candidato ao presente edital, por caracterizar atendimento ao interesse individual, em detrimento da necessidade institucional de atendimento ininterrupto previsto no artigo 5º da mesma resolução.

4.3. A realização do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, é vedada aos professores do ensino básico, técnico e tecnológico, cujo controle do registro de frequência é feito nos termos do Art. 6 inciso II da Resolução do Conselho Superior nº 41/2019, de 4 de outubro de 2019.

4.4. A realização do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, é vedada aos servidores que têm localização de exercício em setor em que é o único técnico-administrativo em educação.

4.5. A chefia imediata, ocupante do cargo efetivo de professor, não poderá ser contada para fins de composição da força de trabalho do setor, em razão das especificidades e diferenças das carreiras e atribuições dos cargos.

5. DOS COMPROMISSOS ESPECÍFICOS

5.1. O servidor participante do Programa de Gestão firmará, por meio de aceite via sistema PDG, o Termo de Ciência e Responsabilidade, assumindo todas as obrigações descritas, conforme Anexo III da Resolução CONSUP/IFES nº 60 de 25 de outubro de 2021.

5.2. A adesão ao Programa de Gestão, na modalidade de teletrabalho, não exime o participante e a chefia imediata do cumprimento dos deveres estatutários e impõe à chefia imediata o acompanhamento contínuo do atendimento às metas de eficiência estabelecidas.

5.3. Fica vedada aos participantes do programa de gestão a adesão ao banco de horas de que trata a Instrução Normativa nº 2, de 12 de setembro de 2018.

5.3.1. Verificada a existência de banco de horas realizado em conformidade com a Instrução Normativa nº 2, de 2018, o servidor deverá usufruir as horas computadas como excedentes ou compensá-las como débito antes do início da participação no programa de gestão.

5.4. O servidor em teletrabalho deverá:

5.4.1. Cumprir o estabelecido no plano de trabalho elaborado em conjunto com a chefia imediata;

5.4.2. Atender às convocações para comparecimento à unidade sempre que sua presença física for necessária e houver interesse da Administração Pública;

5.4.3. A convocação a que se refere o item anterior será feita no horário de funcionamento do setor, para comparecimento no próximo dia útil;

5.4.4. Permanecer disponível para contato, pelo período acordado com as chefias, por todos os meios de comunicação, não podendo extrapolar o horário de funcionamento da unidade;

5.4.5. Deverá informar e manter atualizado número de telefone, fixo ou móvel, para assegurar que a Administração possa contatá-lo;

5.5. Manter as chefias informadas, de forma periódica e sempre que demandado, acerca da evolução do trabalho, bem como indicar eventual dificuldade, dúvida ou informação que possa atrasar ou prejudicar o seu andamento;

5.6. Comunicar às chefias a ocorrência de quaisquer afastamentos, licenças ou outros impedimentos para eventual adequação das metas e prazos ou possível redistribuição do trabalho;

5.7. Zelar pelas informações acessadas de forma remota, mediante observância às normas internas e externas de segurança da informação;

5.8. Ter e manter a estrutura necessária, física e tecnológica, providenciada e custeada pelo agente público;

5.9. Retirar processos e demais documentos das dependências da unidade, quando necessários à realização das atividades, observando os procedimentos relacionados à segurança da informação e à guarda documental, constantes de regulamentação própria, quando houver, e mediante termo de recebimento e responsabilidade.

6. DA INSCRIÇÃO

6.1. A inscrição deve ser encaminhada à Comissão Local do Programa de Gestão, por meio link disponibilizado junto com a divulgação dos setores participantes.

6.2. O prazo de inscrição é de 08.11.2022 a 18.11.2022.

6.3. Após a homologação dos participantes que selecionados para o PDG, estes deverão via Sistema PDG, apresentar o aceite descrito no item 4.1 e criar o plano de trabalho já parametrizado de acordo com as atividades previstas no Anexo II da Resolução CONSUP/IFES nº 60 DE 25 DE OUTUBRO DE 2021, no programa de gestão criado pelos dirigentes do Campus Vitória.

6.4. A chefia imediata, mediante análise fundamentada, deverá dar o aceite ao plano de trabalho elaborado pelo servidor selecionado no Sistema PDG e acompanhar as entregas realizadas em no máximo a cada 40 dias, quanto ao atingimento ou não das metas estipuladas.

§ 1º A aferição que trata o caput deve ser registrada em um valor que varia de 0 a 10, onde 0 é a menor nota e 10 a maior nota.

§ 2º Somente serão consideradas aceitas as entregas cuja nota atribuída pela chefia imediata seja igual ou superior a 5.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO PROGRAMA DE GESTÃO

7.1. A participação dos candidatos inscritos será condicionada ao seu setor de localização estar contemplado na lista de setores participantes, conforme anexo ao presente Edital.

7.2. Para os participantes do Programa de Gestão há a garantia de permanência por seis meses, podendo ser renovada indeterminadamente se houver anuência da chefia, sendo possibilitada a chefia oportunizar participação no programa a todos os servidores do setor, que atendam aos requisitos deste edital.

8. DO RESULTADO

8.1. O resultado da seleção será divulgado por meio de portaria do dirigente da unidade, na data prevista no cronograma deste edital.

9. DAS ORIENTAÇÕES

9.1. O servidor selecionado e a chefia imediata deverão participar dos encontros setorizados para orientações sobre o Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, em regime de execução parcial, organizados pela comissão local, conforme cronograma a ser divulgado.

9.2. O servidor e a chefia imediata devem participar das capacitações promovidas pela Escola de Governo (ENAP) e outras, previstas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP) que contribuam para o

desempenho individual e do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, em regime de execução parcial.

10. DA HOMOLOGAÇÃO DOS PARTICIPANTES DO EDITAL Nº 02/2022, DE 11 DE ABRIL DE 2022

10.1. Os participantes da etapa de ambientação, a que se refere o Edital nº 02/2022, de 11 de abril de 2022, terão a adesão ao programa de gestão, na modalidade de teletrabalho homologada, exceção dos casos enquadrados no artigo 19, da Instrução Normativa nº 65/2022.

11. DOS NOVOS SETORES PARTICIPANTES

11.1. Considerando as atividades passíveis de efetiva mensuração, cuja natureza não exija a presença física no campus e que não poderá ser reduzida a capacidade de atendimento de setores que atendam ao público interno e externo, as unidades cujos servidores poderão participar do Programa de Gestão, na modalidade teletrabalho, em regime de execução parcial, serão divulgados em anexo ao este edital, na data prevista no cronograma.

12. DO PLANO DE TRABALHO E DAS METAS DE DESEMPENHO

12.1. Compete à chefia imediata do servidor estipular, aferir, monitorar e avaliar o cumprimento das metas e resultados pactuados, com a ciência do servidor, no Plano de trabalho e Termo de Ciência e Responsabilidade, no sistema PDG.

12.2. Para estruturação e pactuação do plano de trabalho será utilizado o sistema PDG (pdg.ifes.edu.br) ou outro sistema a escolha do Ifes.

12.3. O desempenho do servidor será acompanhado, via sistema PDG, por sua chefia imediata, sendo obrigatório o servidor manter o sistema atualizado.

12.4. É de inteira responsabilidade da chefia imediata o aceite do plano de trabalho proposto pelo servidor, principalmente no que tange às tarefas e atividades acordadas entre ambos para serem realizadas remotamente.

12.4.1. O desempenho de atividades na forma de teletrabalho fica condicionada à avaliação e priorização das atividades presenciais, pela chefia imediata. Inclusive, quando não houver demandas para o teletrabalho, ocasião em que o servidor cumprirá sua jornada de forma presencial.

12.4.2. Terão prioridade para permanecer em atividade no Programa de Gestão, na modalidade de teletrabalho, os servidores, e havendo demandas para o teletrabalho:

I) com horário especial, nos termos dos § 1º ao 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 (Incluído pela Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020);

II) gestantes e lactantes, durante o período de gestação e amamentação (Incluído pela Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020);

III) com mobilidade reduzida, nos termos da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 (Incluído pela Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020);

IV) que não tenha participado do programa de gestão no último edital;

V) com maior tempo de exercício na unidade, ainda que descontínuo; (Incluído pela Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020);

VI) com vínculo efetivo. (Incluído pela Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020).

VII) com melhor resultado no último processo de avaliação de desempenho individual; (Incluído pela Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020);

12.5. A pedido da chefia imediata ou do participante, o dirigente da unidade deverá desligar o participante do programa de gestão nos termos do Art. 19 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

12.6. A Comissão Local do Programa de Gestão, por meio do e-mail cpdg.vi@ifes.edu, será o canal para dirimir quaisquer dúvidas ou problemas encontrados durante a execução do Teletrabalho, podendo solicitar análise da Comissão Central.

12.7. A Comissão Local em conjunto com a Comissão Central elaborará o relatório semestral para validação do dirigente da unidade nos termos do Art. 15 da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. A participação na presente seleção importa na aceitação integral e irrevogável das normas contidas na Resolução CONSUP/IFES nº 60 DE 25 DE OUTUBRO DE 2021 e na Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020.

13.2. Os servidores aprovados neste edital que tenham a localização de exercício interno alterada dentro do campus ou forem removidos poderão continuar no Programa de Gestão, desde que seja autorizado pela chefia imediata e direção-geral do campus, observada a conveniência da Administração.

14. DO CRONOGRAMA

14.1. O Quadro a seguir descreve o cronograma previsto pelo edital:

| PERÍODO | DESCRIÇÃO |
|-----------------|---|
| 27/10/2022 | Divulgação do edital |
| 27/10/2022 | Publicação de portaria de homologação dos participantes do Edital nº 02/2022 |
| 31/10/2022 | Início do prazo indeterminado no Programa de Gestão, dos participantes do Edital nº 02/2022 |
| 07/11/2022 | Divulgação das vagas para este edital |
| 08 a 18/11/2022 | Período de inscrição do servidor via Google Formulário |
| 21 e 22/11/2022 | Análise das inscrições e documentações pela comissão local |
| 23/11/2022 | Divulgação preliminar do resultado no site do campus |
| 24 a 25/11/2022 | Recursos referente à divulgação do resultado e solicitações de desistências |
| 28 a 29/11/2022 | Análise dos recursos pela comissão local |
| 30/11/2022 | Publicação do resultado oficial após os recursos |

| | |
|-----------------|---|
| 01 a 02/12/2022 | Reuniões de orientação às chefias e participantes selecionados |
| 05 a 09/12/2022 | Cadastro do Programa de Gestão para cada unidade, criado pelas chefias imediatas. |
| 12 a 13/12/2022 | Habilitação dos servidores selecionados pela chefia imediata via Sistema de PDG. |
| 14 e 15/12/2022 | Aceite a habilitação pela chefia imediata no sistema PDG. |
| 19 a 30/12/2022 | Inclusão dos planos de trabalho no sistema PDG (<i>a periodicidade dos planos de trabalhos ficará a cargo da chefia imediata de acordo com o regime adotado, sendo regime parcial plano semanal e integral plano mensal</i>) |
| 19 a 30/12/2022 | Aceite dos planos de trabalho pela chefia imediata |
| 02/01/2023 | Início do Regime de Programa de Gestão por prazo indeterminado |
| 02/06/2023 | Avaliação da 2ª Turma do Programa de Gestão seguindo as orientações do Art. 15. da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 65, de 30 de julho de 2020 - comprometimento, efetividade, benefícios/prejuízos e análise da manutenção do programa de gestão no âmbito do Campus Vitória. |

Vitória, 27 de outubro de 2022.

Hudson Luiz Cogo
Diretor da Unidade

Comissão Local

Portaria nº 54, de 7 de fevereiro de 2022, alterada pela Portaria nº 841, de 25 de outubro de 2022